

DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021

40 temas aplicados sobre planejamento, condução e julgamento da licitação e execução dos contratos de compras e serviços, inclusive por SRP



24 a 28 de janeiro

O Curso:

A aplicação segura da nova Lei de Licitações envolve a necessidade de capacitar e preparar os agentes responsáveis para dar conta do desafio de interpretar esse novo regime e fazer as escolhas mais eficientes.

Já se passaram mais de seis meses desde a entrada em vigor da nova Lei. São profundas e muitas as novidades. Quem atua com contratações públicas deve iniciar os estudos sobre esse novo regime. Para quem já começou, agora é preciso traçar um plano de capacitação. É importante aproveitar o período de convivência entre o antigo e o novo regime para experienciar e amadurecer. Esse prazo vai transcorrer rapidamente. Então, não deixe para a última hora: comece já a se preparar e a aprofundar seus estudos.

Selecionamos 40 assuntos fundamentais que serão enfrentados e deverão ser solucionados no dia a dia do planejamento e do julgamento das licitações e da execução e fiscalização dos contratos de compras e serviços, inclusive por SRP, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Uma visão ampla e com enfoque aplicado para os temas mais relevantes das contratações de compras e serviços!

Mais do que nunca, a Zênite está ao lado da Administração Pública para preparar os agentes públicos responsáveis pelas licitações e pelos contratos. A marca Zênite é garantia de segurança e resultado de sua capacitação!

Importante!

São reiterados os acórdãos do TCU que determinam a obrigação da Administração de instituir plano contínuo para capacitação e atualização dos servidores que atuam na área de licitações e contratos. Nesse sentido, o TCU determinou a “adoção de programa continuado de treinamentos dos profissionais que atuam na área e em outras unidades correlatas, inclusive quanto ao correto uso dos sistemas operacionais aplicáveis;” (Acórdão nº 1.007/2018 – Plenário).

Diferenciais do ZÊNITE ONLINE :



Plataforma própria Zênite para realização do curso



Aulas 100% ao vivo



Metodologias diferenciadas



Replays disponíveis por 7 dias



Professores especializados



Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

PROGRAMAÇÃO:



DATA DE REALIZAÇÃO

24 a 28
JANEIRO
2022



CARGA HORÁRIA

20 horas



HORÁRIOS

14h às 18h

As aulas terão duração diária de quatro horas, sendo aproximadamente 3h de apresentação, um intervalo de 15 minutos e até 1h para responder perguntas.



REPLAY

As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização.

Esta capacitação permitirá a você:

- 01** Conhecer novidades, alterações e polêmicas a respeito de pontos fundamentais e práticos da nova Lei, relacionados com o planejamento e o julgamento das licitações e a execução dos contratos de compras e serviços, inclusive por SRP.
- 02** Conhecer boas práticas e preparar-se para aplicar de modo seguro o novo regime das contratações públicas.
- 03** Conhecer os entendimentos do TCU e do Judiciário que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.
- 04** Estudar e debater as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos de compras e serviços com grandes especialistas no assunto.

Quem deve participar?



AGENTE DE
CONTRATAÇÃO



PREGOEIROS



EQUIPE
DE APOIO



DPTO. DE
COMPRAS



FISCAIS E
GESTORES DE
CONTRATOS



AUDITORES



ADVOGADOS



ASSESSORES E
PROCURADORES
JURÍDICOS



CONTROLES
INTERNO E
EXTERNO



AGENTES PÚBLICOS
ENVOLVIDOS NAS
CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

Destaques do conteúdo:

↪ DESAFIOS PRÁTICOS DO PLANEJAMENTO E JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES E DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS:

- › Definição entre o regime anterior e o novo regime – O que deve guiar essa escolha?
- › Agentes responsáveis pelos processos de contratação – Atribuições, perfil, segregação de funções e responsabilização
- › Planejamento das contratações: etapas, decisões e documentos (ETP, TR e gestão de riscos)
- › Escolha da modalidade, critérios de julgamento e modos de disputa
- › Fluxo do procedimento da concorrência e do pregão e o saneamento de vícios no julgamento (documentos de habilitação e proposta e planilha de preços)
- › Instituição e gestão da ata e dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços
- › Execução, fiscalização e gestão dos contratos de compras e serviços

Conheça os professores:

José Anacleto Abduch Santos



Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Solange Afonso de Lima

Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogada e consultora jurídica na área de licitações e contratos há mais de vinte anos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Professora do Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos da Unibrasil. Autora de diversos artigos jurídicos.

REQUISITOS TÉCNICOS:

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core / 4Gb RAM
Internet de 10 mbps
(de preferência por cabo)

Browser:

Google Chrome, preferencialmente
Banda ideal:
Inbound participante: 3 mbps

IMPORTANTE:

Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo:

Aulas 1 e 2

Dias 24 e 25 de janeiro, das 14h às 18h

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

DESAFIOS PRÁTICOS DA APLICAÇÃO DA NOVA LEI; AGENTES RESPONSÁVEIS; ETAPAS, DECISÕES E DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO

- 01** Orientações para a escolha do regime da Lei nº 8.666/1993 X Lei nº 14.133/2021 para que o período de convivência seja muito bem aproveitado
- 02** A entrada em operação do PNCP e a manutenção das dúvidas e dificuldades, especialmente para órgãos e entidades “não Sisg” – Orientação recente do TCU
- 03** As várias regulamentações previstas na nova Lei e os impactos práticos – Recepção de regulamentos vigentes, o que pode ser disciplinado em edital e os temas com eficácia limitada
- 04** Agentes responsáveis:
 - Agente de contratação, pregoeiro, comissão e banca julgadoras, equipe de apoio, setor requisitante, assessorias jurídica e fiscal, gestor e autoridade – Competências
 - Requisitos para a nomeação
 - Segregação de funções e a reserva do possível
- 05** Atribuições da assessoria jurídica ampliadas na nova Lei – Extensão das atribuições e as competências do setor jurídico, da área requisitante/técnica e da autoridade
- 06** Responsabilidade dos agentes por ações e omissões, erro grosseiro e orientações atuais do Judiciário e do TCU
- 07** Prioridade para a centralização e a padronização das contratações – Plano Anual de Contratação e PNCP como instrumentos facilitadores
- 08** Etapas do planejamento e os documentos que precisam ser formalizados
- 09** Estudo técnico preliminar (ETP), termo de referência (TR) e análise dos riscos (mapa, matriz de riscos e cláusula contratual definidora dos riscos) – Conteúdo, importância e inter-relação fundamental entre eles
- 10** Pesquisa de preços e os procedimentos da IN nº 65/2021
- 11** Preço estimado como limite máximo – A disciplina da nova Lei
- 12** Bens de qualidade comum e de luxo – Tratativa do Decreto nº 10.818/2021 e os desafios aplicados

- 13** Definição do encargo e garantia de qualidade:
- indicação ou vedação de marca e a prova de qualidade;
 - certificação e carta de solidariedade;
 - amostras, exame de conformidade e prova de conceito;
- 14** Reunião ou parcelamento do objeto e as ponderações relacionadas com responsabilidade e qualidade técnica
- 15** Condições de participação e os documentos de habilitação – Diretrizes do que pode/não pode ser exigido nas contratações de compras e serviços

Aula 3

Dia 26 de janeiro, das 14h às 18h

Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

DESAFIOS PRÁTICOS DA ESCOLHA DA MODALIDADE, DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DOS MODOS DE DISPUTA; FLUXO DO PROCEDIMENTO E SANEAMENTO DE VÍCIOS NO JULGAMENTO

- 16** Adoção e recepção do Decreto nº 10.024/2019 – Realização de pregão com base na nova Lei de Licitações
- 17** Modalidades de licitação para compras e serviços (pregão e concorrência) – Cabimento e boas práticas
- 18** Critérios de julgamento para compras e serviços (menor preço; maior desconto; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço) e modos de disputa (aberto, fechado ou combinado) – Cabimento e boas práticas
- 19** Fluxo do procedimento do art. 17 e a similaridade entre pregão e concorrência – Passo a passo do procedimento
- 20** Orçamento sigiloso e o momento de sua divulgação – Impactos na negociação
- 21** Falha ou falta dos documentos de habilitação – Limites para as correções e o Acórdão nº 1.211/2021
- 22** Falhas na proposta comercial e na planilha de custos – Limites para as correções e as orientações do TCU

Aula 4

Dia 27 de janeiro, das 14h às 18h

Professora: Solange Afonso de Lima

DESAFIOS PRÁTICOS DA INSTITUIÇÃO E GESTÃO DA ATA E DOS CONTRATOS DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23** Adoção do Sistema de Registro de Preços – Falta de indicação do cabimento e os impactos concretos
- 24** SRP para compras, serviços e obras
- 25** SRP por dispensa e inexigibilidade – Possibilidade depende de regulamento?
- 26** Opção por licitar ou aderir à ata vigente – Cautelas na instrução do processo
- 27** Intenção de registro de preços – Obrigação ou faculdade?
- 28** Edital para SRP e condições a serem previstas – Quantidade máxima por item e a possibilidade de cotação de quantidade inferior; quantidade mínima a ser cotada; preços diferentes; SRP sem indicação do total a ser adquirido
- 29** Critérios de julgamento na licitação de SRP
- 30** SRP por lote/grupos de itens e as cautelas no planejamento e julgamento
- 31** Registro de mais de um fornecedor ou prestador – Condições
- 32** Vedação à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços
- 33** Adesão à ata de SRP – Cabimento, limites, procedimento e justificativas na instrução do processo
- 34** Prazo da ata e possibilidade de prorrogação e o prazo dos contratos decorrentes

Aula 5

Dia 28 de janeiro, das 14h às 18h

Professor: José Anacleto Abduch Santos

DESAFIOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

- 35** Formalização por instrumento de contrato e os casos em que é possível adotar o instrumento substitutivo
- 36** Atribuições dos fiscais (técnico e administrativo), do gestor e da autoridade

- 37** Contratação de terceiros para atuar na fiscalização – Limites da atuação e responsabilidades do terceiro e da fiscalização
- 38** Duração dos contratos de compras e serviços e a prorrogação dos prazos
- Cuidados para estabelecer o prazo inicial
 - Condições a serem verificadas a cada exercício
 - Condições e prazos máximos de prorrogação
- 39** Alterações qualitativas e quantitativas – Limites e a manutenção do problema – O que é valor inicial atualizado do contrato nas compras e nos serviços?
- 40** Revisão, reajuste e repactuação – Distinção, cabimento, periodicidade
- 41** Adoção de reajuste por índice e repactuação em um mesmo contrato – Possibilidade? – Omissão da nova Lei e as ponderações de ordem prática
- 42** Preclusão do direito à revisão, ao reajuste e à repactuação – Disciplina da Lei e as dificuldades práticas de interpretação
- 43** Sanções administrativas – Penalidades na nova Lei, cabimento e principais novidades

INVESTIMENTO

R\$ 2.510,00/PARTICIPANTE*

INCLUI:

- Lei digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública**
- Apostila digital específica do curso**
- Certificado**

**O certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual da frequência que constará do certificado será calculado de acordo com presença nas aulas on-line (ao vivo) verificada pelo acesso de login e senha no sistema por inscrição/aluno.*

** Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.*

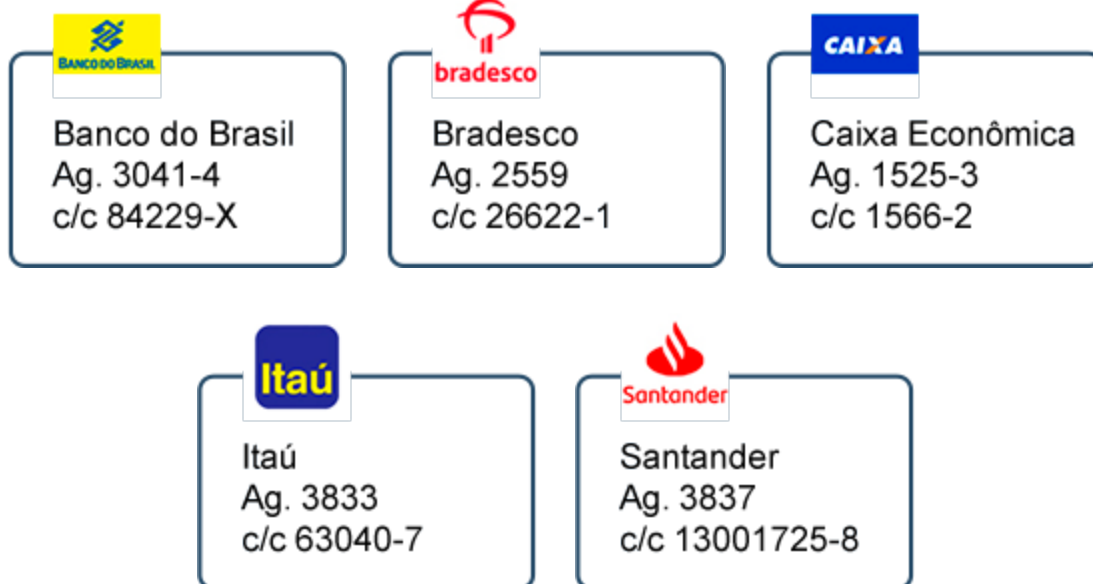
** É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.*

** A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).*

Pagamento:

O pagamento da inscrição deve ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou Autorização de fornecimento, com posterior pagamento por meio de uma das contas bancárias indicadas:



OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estão disponíveis, como:

- Boleto
- Transferência bancária
- Depósito

Informações e inscrições:

(41) 2109-8666

evento@zenite.com.br

www.zenite.com.br